



Revista Tempo e Argumento
ISSN: 2175-1803
tempoeargumento@gmail.com
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

Rovai, Marta Gouveia de Oliveira
“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Revista Tempo e Argumento, vol. 12, núm. 29, 2020, -
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0105>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338163000007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

“A gente é pessoal!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos

 **Marta Gouveia de Oliveira Rovai**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).


Professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Pesquisadora do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Grupo História do Brasil: memória, cultura e patrimônio da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Alfenas, MG - BRASIL

lattes.cnpq.br/2017104349633265

marta.rovai@unifal-mg.edu.br

 orcid.org/0000-0003-0769-0748

Para citar este artigo:

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoal!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0105, jan./abr. 2020.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0105>

Recebido: 05/02/2019

Aprovado: 14/11/2019

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a discussão sobre Direitos Humanos no tempo presente, a partir das narrativas orais de vida de quatro mulheres trans, que vivem em cidades do sul de Minas Gerais: Luana, Lucielly, Wall e Ana Luíza. Suas histórias de vida são testemunhos importantes que revelam não apenas suas experiências pessoais, mas uma cultura de violações aos direitos de populações LGBT, em especial de pessoas trans, construída ao longo da história. As narrativas denunciam a permanência de práticas e discursos que, embora defendam a ideia universal de direito e de pessoas, são usados também para desrespeitar as diferenças, negando a possibilidade de construção da dignidade a determinados grupos. Trabalhos como esses colocam o historiador do tempo presente diante de compromisso ético com o registro e a publicização dessas histórias, em busca da transformação social e da defesa da vida.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Transexualidade. Dignidade. Tempo Presente.

"we are people!": narratives of women trans about Human Rights

Abstract

This article aims to present the discussion about Human Rights in the present time, from the oral narratives of four trans women, living in cities of southern Minas Gerais: Luana, Lucielly, Wall and Ana Luíza. Their life stories are important testimonies that reveal not only their personal experiences, but a culture of violations of the rights of LGBT populations, especially of trans people, built throughout history. The narratives denounce the permanence of practices and discourses that, although they defend the universal idea of law and of people, are also used to disrespect the differences, denying the possibility of constructing the dignity to certain groups. Such works put the historian of the present time before an ethical commitment to register and publicize these stories in search of social transformation and the defense of life.

Keywords: Human Rights. Transsexuality. Dignity. Present Time.

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Como podem os direitos humanos ser universais
se não são universalmente reconhecidos?

Lynn Hunt¹

Em janeiro de 2019, o movimento LGBT assistiu à retirada de suas demandas das políticas públicas federais voltadas aos Direitos Humanos, no Brasil. Esse acontecimento, como parte de um programa do governo, ameaça os direitos à existência de pessoas e coletivos que até meados do século XX não estavam contemplados pela concepção de universalidade humana. Como historiadores e cidadãos, também estamos atravessados por esse acontecimento, sendo testemunhas de um tempo presente que se alarga para trás, em diálogo com um passado de conservadorismos e lutas – história aberta – e para frente, como dimensão ucrônica, repleta de possibilidades sobre violações e construções da dignidade humana. Entre tantas angústias e perdas, colocamo-nos na responsabilidade urgente de compreender o processo no qual também estamos imersos e impactados, em pleno centro de disputas e embates que ferem sujeitos e ameaçam a democracia.

Esta forma de lidar com o tempo presente talvez não inaugure, mas reforce a concepção de uma ética que atravessa o fazer histórico: o comprometimento com a escuta e a mediação de testemunhos, num cruzamento com a história oral e a história pública. No caso da temática escolhida para este texto, Direitos Humanos e transexualidade, ela se apresentou como demanda de membros do Movimento Gay de Alfenas (MGA), entidade que existe na cidade mineira desde 2000. Em diálogo com eles, iniciamos um processo de escuta e de registro de suas histórias de vida, como indivíduos e como coletividade, em sua luta cotidiana pelo direito de existir. Sentindo-se cada vez mais desamparados pelas políticas públicas e atingidos por discursos de ódio, esses sujeitos procuram tornar público o histórico de violações à dignidade humana, no sentido de promover a sensibilização e o debate relativo à preservação e qualificação da vida.

¹ (HUNT, 2009, p. 18).

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Dessa forma, em 2018, iniciei um trabalho de história oral com 19 pessoas relacionadas ao MGA, cujo recorte foi a defesa dos Direitos Humanos dos grupos LGBT². Em meio às entrevistas, tive a oportunidade de conhecer quatro mulheres transexuais, que procuraram chamar a minha atenção para a especificidade de suas demandas em meio à generalização também trazida pela sigla, num contexto conservador em que, apesar de anos de conquistas, pouco se avançou na construção de uma cultura de tolerância e respeito às pessoas transgêneras.

Todas elas falaram pela primeira vez sobre o processo de constituição de seus corpos e subjetividades como transexuais: “As pessoas sempre fazem perguntas, como curiosidade. Nunca estão preocupadas, de fato, com a nossa história”, me disse Lucielly (2018. Informação verbal). Foram longas entrevistas, que chegaram a durar até quatro horas, numa avalanche de eventos e emoções, diante dos quais seria impossível permanecer indiferente. Como afirmaram Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999), a história do tempo presente nos pede cautela com os procedimentos de análise, mas também nos coloca num posicionamento político mais claro, exigindo de nós, historiadores, compromisso ético com o seu tempo e com os sujeitos que exigem de nós mediação: “Leve a nossa voz a todos”, pediu Wall (2018. Informação verbal).

Nesse sentido, a história oral torna-se parceira da história pública, dando dimensão mais dinâmica e dialógica à produção do conhecimento sobre o tempo presente e às suas consequências práticas. Isso é possível perceber a partir de experiências concretas aqui apresentadas, respondendo a “um desejo de intervenção propositiva, crítica e qualificada [...], uma possibilidade de conciliação entre a comunicação pessoal, íntima, que a entrevista de história oral possibilita, e a comunicação social” (SANTHIAGO, 2018, p. 297). Assim, a história do tempo presente é registrada sob o reconhecimento de uma polifonia de vozes que pedem por escuta delicada e por transformações possíveis, a partir da responsabilidade do historiador com a devolução de sua pesquisa e a publicização do conhecimento nascido do diálogo com indivíduos que também refletem sobre sua trajetória e a significam.

² As entrevistas foram aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) e pelas entrevistadas.

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Com o intuito de compartilhar as suas histórias, atravessadas pela discussão em torno dos Direitos Humanos no tempo presente, apresento as quatro mulheres transexuais mineiras, que residem ou passaram pela cidade de Alfenas, dispondo-se a contar sobre si e a denunciarem a violência cotidiana contra a sua integridade: Ana Luíza é estudante de Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nascida em Três Pontas; Wall, agente de saúde, da cidade de Conceição de Aparecida; Lucielly, professora de Educação Infantil, nascida em Indaiabira; e Luana, cabeleireira e ex-prostituta, natural de Passos.

O recorte que trago aqui procura entender os Direitos Humanos a partir das emoções, das memórias e das subjetividades dessas mulheres, tão individuais e únicas, mas ao mesmo tempo tão atravessadas por experiências coletivas, como elas mesmas revelam. Início a discussão por um breve histórico de avanços e conquistas no Ocidente, tendo como referências a Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a construção científica de um saber sobre o “transexual verdadeiro”, o que passou longe de constituir uma cultura de combate a estigmas. Os relatos nos permitem refletir, também, sobre as relações entre a heteronormatividade e a cisnormatividade, formando uma matriz para a oposição e a exclusão das transgeneridades, produzindo efeitos de abjeção e subalternidade das identidades consideradas ininteligíveis.

Cada uma das mulheres trans entrevistada narra, não apenas a partir de si, mas em nome de outras pessoas como elas, procurando mostrar a injustiça de valores sociais heteronormativos, cisgêneros e transfóbicos, construídos historicamente e naturalizados, que perpassam o presente e ameaçam o tempo futuro: “Nem a Inquisição, na Idade Média, foi tão cruel como tem sido o futuro com o qual nos ameaçam agora” (WALL. 2018. Informação verbal).

Os Direitos Humanos LGBT: breve histórico de conquistas

Para pensar as narrativas orais de Ana Luíza, Lucielly, Wall e Luana, é preciso entendê-las dentro da perspectiva de lutas coletivas e de conquistas históricas, tendo como referência a Declaração dos Direitos Humanos, redigida em 1948. Foi ela que serviu, depois das atrocidades cometidas pelos regimes nazi-fascistas e pela Segunda Guerra Mundial (1939-45), para que parte da

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

sociedade ocidental considerasse necessária a consolidação de princípios que defendessem a universalidade e a indivisibilidade da dignidade humana. Como construção histórica ocidental e consensual, a premissa para ser titular e merecedor dos direitos invioláveis deveria ser a condição de pessoa, sem distinção de raça, cor, orientação sexual, religião, língua ou nacionalidade. No entanto, a universalidade como conceito trouxe limites quanto à percepção das diferenças que a compunham, uma vez que a Declaração não era suficiente para garantir a vida como um valor em si, mas exigia uma série de ações que atribuiriam valor a grupos múltiplos e a inúmeras formas de existir, considerando-os pessoas ou não.

Lynn Hunt (2009, p. 19) chamou a atenção para a concepção de que os Direitos Humanos não poderiam ser pensados a partir do caráter natural e universal, pois estes só se realizariam na relação política entre os indivíduos e se tornariam significativos na medida em que ocorresse a participação ativa daqueles que os detivessem na sua conquista e manutenção. Por isso, não podemos afirmar que com a Declaração de 1948 as questões relativas à sexualidade e à identidade de gênero estivessem contempladas pelo sentido geral de humanidade que havia sido criado, pois mulheres e pessoas LGBT continuaram a sofrer com a discriminação em todo mundo.

Entre a declaração universal de um ser humano abstrato e a criação de medidas pela defesa da diversidade dentro da igualdade, percorreu-se um longo tempo. Em 1994, na Austrália, o julgamento do caso Toonen, acusado de crime por ser homossexual, levou o Comitê Internacional de Direitos Civis e Políticos, vinculado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a condenar abertamente tal postura do governo e a declarar, pela primeira vez, que as leis que violavam os direitos LGBT violavam as leis de Direitos Humanos (GORISCH, 2014, p. 41).

No Brasil, segundo Alexandre Saadeh (2004, p. 45), apesar de a primeira cirurgia de redesignação sexual ter ocorrido em 1971, a defesa organizada dos direitos LGBT estava longe de se realizar, sendo práticas como essa consideradas crime. Desde a década de 1960, já existiam manifestações isoladas que chamavam a atenção da sociedade para o debate em torno de suas demandas,

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

mas a luta misturou-se a bandeiras mais políticas, no combate à ditadura civil-militar (1964-84). Na década de 1980, no processo de transição democrática, os movimentos políticos e sociais pelo respeito à diversidade de gênero e sexualidade, incluindo o direito à cirurgia e à alteração de documentos para transexuais, se avolumaram, representados pela luta feminista (com destaque para o boletim lésbico-feminista *Chanacomchana*) e pelos grupos LGBT como o *Somos*, em São Paulo, o *Triângulo Rosa* e o *Atobá*, no Rio de Janeiro, e o *Grupo Gay da Bahia*, em Salvador (FACCHINI, 2005).

A busca pelo reconhecimento da dignidade humana, por parte desses sujeitos, levou a que, em 1995, tenha sido fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e ocorrido, em 1996, a I Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo, parte da ânsia coletiva por visibilidade, pressionando o Estado por políticas públicas. Nesse momento, as organizações transexuais foram se expandindo e passaram a atuar com caráter mais coletivo e militante, na defesa dos seus direitos e pelo fim da transfobia. Hoje a maior delas é a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), rede nacional, criada em 2000, que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania dessa população.

A organização da sociedade civil levou o governo a criar o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004 e, em 2008, realizou-se a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas. Houve, ainda, o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT), em 2009. Na Conferência da África do Sul, em 2011, da qual o Brasil participou, foi apresentada uma resolução intitulada *Direitos Humanos, orientação sexual e identidade de gênero*, em que uma das principais medidas foi a solicitação de um estudo sobre leis discriminatórias e atos praticados com motivação homofóbica e transfóbica (SIQUEIRA, 2018, p. 169).

Em relação às pessoas transgêneros, as discussões e medidas governamentais ficaram restritas a questões como a prevenção e o tratamento de DST/Aids, na área da saúde, e não exatamente voltadas à construção de uma

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

educação em Direitos Humanos. Ações pontuais do Ministério da Saúde, como a instituição do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2008, levaram em conta a orientação sexual e a identidade de gênero como fatores condicionantes à saúde dos sujeitos, a partir do acompanhamento de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Se isso foi uma conquista importante para os que desejavam que as cirurgias de redesignação sexual, praticadas desde os anos 1970, não precisassem ter caráter clandestino, também abriu espaço para críticas de pessoas, como as mulheres trans entrevistadas, que entenderam a forma de condução como invasiva e desrespeitosa, uma vez que ela se tornou condição para a conquista do nome social.

Mesmo que, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha declarado que a alteração de nome e sexo nos registros civis seja direito de transexuais e travestis, não sendo mais necessária a realização de cirurgia e a abertura de um processo judicial; mesmo que o pronunciamento tenha considerado a autodeclaração do interessado ou interessada como suficiente; mesmo que em junho de 2019 a homofobia e a transfobia tenham sido declaradas crimes, ainda é possível observar um grande vácuo entre definições e resoluções governamentais e as práticas cotidianas, em consonância com uma onda reacionária que reafirma não o atendimento, mas a violação de direitos de pessoas LGBT, em especial as transexuais. As narrativas de Wall, Luana, Lucielly e Ana Luíza, apresentadas a seguir, são reflexões subjetivas que denunciam essa distância, advinda da ausência de práticas que atuem sobre a educação para os Direitos Humanos e que contribuam para alterar uma cultura de violações, historicamente construída e naturalizada, e que a história do tempo presente deve abordar e desconstruir.

Entre conhecer e viver os Direitos Humanos: experiências de mulheres trans

Luana nasceu em uma família de três irmãos e uma irmã, na cidade de Passos, onde estudou até o primeiro ano do Ensino Médio. Desde os sete anos já se entendia como diferente, mas nunca encontrou apoio na família que, segundo ela, a tratava como uma aberração e a agredia diariamente. Aos 13 anos, afirma,

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

já tinha corpo com curvas e cabelo “de mulher”; aos 15, assumiu ser transexual, tendo que dividir sua vida entre o prostíbulo, para onde a mãe a levou, e a avenida, onde se realizava como *drag queen*. Aprendeu a profissão de cabeleireira e, aos 28 anos, parou de se prostituir, procurando uma vida melhor. O preço foi morar na rua em várias cidades, até parar em Alfenas, onde mora numa casa graças ao aluguel social concedido pela Prefeitura.

Ana Luíza nasceu em Três Pontas, Minas Gerais, mas mora no Rio de Janeiro, onde foi cursar Medicina. Muito amiga de sua mãe, conta que apanhou bastante de seu pai desde que se assumiu trans, mas nunca foi abandonada por sua família. Aos 18, com 150 reais no bolso, foi para o Rio prestar vestibular, e por lá ficou. Orgulhosa de sua conquista, não esquece que a luta pelos Direitos Humanos ainda é grande, quando pensa na situação de outras pessoas transgêneras, principalmente aquelas que se encontram na prostituição e em amigas que a veem como modelo de luta.

Lucielly, que nasceu na roça, numa pequena cidade ao norte de Minas, conseguiu tornar-se professora de educação infantil. Fez o curso de Pedagogia a distância e hoje trabalha numa escola em Alfenas, com letramento de crianças entre sete e 11 anos: “Por mim eu ficaria na escola o dia todo, pois lá dou risada com as crianças” (2018. Informação verbal). Ela é evangélica; está casada há pouco tempo e faz tratamento em São Paulo para realizar a cirurgia de redesignação, seu grande sonho.

Wall é uma agente de saúde concursada de Alfenas; há muitos anos reside na periferia da cidade, onde atua visitando famílias e acompanhando doentes. Uma das fundadoras do Movimento Gay de Alfenas, quando ainda se identificava como homem homossexual, é crítica fervorosa da história de exclusão LGBT e desigualdade no país. Ela acompanha as prostitutas trans da cidade e afirma que a causa da defesa dos Direitos Humanos não é apenas dela, mas de todas as “suas irmãs”.

Entre as quatro entrevistadas, apenas Ana Luíza teve seu nome social oficializado em seus documentos e nenhuma delas realizou, ainda, a cirurgia de redesignação sexual. No entanto, todas se definem como mulheres trans, em busca do respeito às suas diferenças num mundo cis e heteronormativo. Longe

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

de se colocarem contra o nome social e a cirurgia (mas não necessariamente adeptas desta última), apontam em suas narrativas a necessidade de se criar uma educação voltada para os Direitos Humanos, que leve em conta a formação de valores como respeito à liberdade de escolha, de ir e vir, de existir, indo muito além das conquistas jurídicas e de alterações em seus corpos:

Primeira coisa pra mudar isso, é informação. A gente tem que acabar, primeiro, com esse estigma que tem sobre travesti e transexual. Se isso não acabar, não vai mudar. A gente sabe que hoje existem inúmeras políticas públicas para o nome social, para o processo transexualizador. Mas isso não basta! Todo mundo tem que ser respeitado pelo que é! Quando a gente fala de política, na teoria é lindo, é maravilhoso, mas isso na prática não acontece, não é como deveria ser. (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal).

O que me mata é que pra gente tem que existir lei!! Eu acho um absurdo a gente precisar ter lei pra ter respeito pelo outro! [...] então quando eu vou em qualquer lugar e exijo meu nome social, tenho que exigir baseado numa lei [...] e o nome social, eu não concordo [...] falam *Ah, agora vocês já têm o nome social* mas não é isso. Porque você coloca seu nome, mas tem seu outro nome embaixo. Tem os dois nomes, é um circo, vira uma bagunça!! (WALL. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

A gente tem a lei pra poder mudar o nome. Eu já entrei com o processo, já mudei meu nome na defensoria, mas o processo foi pro norte de Minas, mas tá parado desde o final de 2017. As pessoas têm que ter o interesse de ajudar a gente. A lei tá aí! Faz alguma coisa, procura, ajuda a gente pra ver por que está parado! Mas eles não fazem nada! Não têm vontade de ajudar. É revoltante! (LUCIELLY. 2018. Informação verbal).

Não consegui meu nome social ainda porque o dono do cartório barra. Ele tem preconceito, não aceita, e eu tive até que arrumar um advogado! (LUANA. 2019. Informação verbal).

O que elas apontam, em seus relatos, é a continuidade histórica que a lei, por si só, não pode alterar: uma prática social em que quem não está em conformidade com as normas sociais, tendo em seu corpo e seus gestos o deslocamento da linearidade sexo/gênero, não é visto como saudável ou moralmente aceitável, mesmo que haja legalização. As relações cotidianas, a omissão e a normalização também do preconceito reforçam o fato dessa população ser frequentemente alvo de estigmas, de discriminação e de exclusão social, e de que seus direitos humanos sejam violados, sustentando discursos e ações de ódio que a desqualificam e inferiorizam, quando não a matam. A

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

narrativa de Wall é exemplar sobre isso, lembrando sobre o dia da visibilidade trans, em janeiro de 2019:

Eu não me conformo que ontem foi dia da visibilidade trans e não consegui escrever nada enaltecendo a causa! Este governo me fez sentir invisível ontem; eu quase comemorei a invisibilidade minha e da minha gente diante de tantas atrocidades! Se tivéssemos de fato direitos diante de nossos algozes, muitas de nós estaríamos vivas agora! Somos visíveis apenas na lei – e olhe lá – para ter direitos negados e ser assassinadas. Somos invisíveis quando se trata em termos algum direito à vida e à dignidade! Estou para colocar minhas próteses mamárias, meu sonho, mas não sei se vou fazer. Com certeza, meu corpo vai atrair mais perigo para mim. Quanto mais me feminilizar, mais aumento minhas chances de ser atacada. Fazer as pazes com espelho custa muitas vidas, pois nossa história e cultura são cruéis! (WALL. 2018. Informação verbal).

Berenice Bento (2012) nos lembra que até mesmo quando a ciência procurou tornar legível a transexualidade, ela não construiu a ideia do direito. Tratou-se do que Wall apresentou também em sua narrativa: a criação de uma visibilidade que, se de certa forma produziu um discurso científico que permitiu a cirurgia de redesignação, não tornou pessoa o indivíduo transexual e não reconheceu o coletivo transexual como sujeito do debate sobre sua própria vida, sem precisar ser ofendido ou atacado socialmente. Quando Harry Benjamin, médico alemão, residindo nos Estados Unidos, procurou constituir o discurso médico que definiu o chamado “verdadeiro transexual”, e quando o Ministério da Saúde, em 1997, concordou com esse conceito, no Brasil, construiu-se o estigma sobre uma pessoa considerada desviada, doente, com abjeção ao seu órgão genital e em processo de sofrimento, que poderia ser salva com a cirurgia. Bento (2012, p. 573) afirma que, a partir deste momento, a ideia era dar inteligibilidade à diferença sexual e ao gênero, enquadrando-a na perspectiva da hetero/cisnormatividade, desde que catalogável e curável, observável, identificável e medicável.

Não se tratava da ideia do direito humano à existência com respeito à alteridade, porque, enfim, procurava-se corrigir um desvio por uma mutilação física, única alternativa terapêutica para aqueles indivíduos com “disforia de gênero”. Não se pensava no desejo ou no respeito a certa identidade, mas no

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

“erro” a ser corrigido a partir de uma série de análises de profissionais gabaritados, importando menos o indivíduo portador do direito e narrador de si. Wall, que não pensa em fazer a cirurgia e se afirma como mulher trans, sente ainda os efeitos de saberes e do controle sobre seu corpo:

É muito triste você se reconhecer como transexual, porque a partir do momento em que você se torna transexual, o governo toma o seu corpo! Você não pode fazer a cirurgia se um grupo decidir que você não é. Você não tem a voz adequada se um fonoaudiólogo não decidir, não fizer os exercícios que você tem que fazer pra ter aquela voz. (WALL. 2018. Informação verbal).

Wall aponta a prática de tutela dos sujeitos, como se pessoas como ela fossem incapazes de decidir sobre si ou de dizer quem elas são. Como afirmou Judith Butler (2009), é uma situação em que para se conseguir uma liberdade, é preciso abrir mão da capacidade de pensar, de falar por si mesmo, sujeitando-se a outros. E aqui não se trata apenas dos discursos médicos e jurídicos, mas também da avaliação e legitimação social: “As pessoas passam a mão no meu cabelo pra ver se é real. Querem decidir a minha roupa, dizer o que é legitimamente feminino em mim.” (WALL. 2018. Informação verbal). Ocorre a generalização das experiências trans, como afirmou Butler (2009, p. 112), em que a “pessoa tem de se submeter a rótulos e nomes, a incursões, a invasões; tem de ser medida com os parâmetros da normalidade; e tem de passar nos testes”. É o indivíduo trans quem deve se adequar aos discursos e vocabulário sobre ele e não a sociedade que deve respeitá-lo por ele ser quem é:

Num discurso que não é o seu - um discurso que apaga você no ato de representar você -, num discurso que exclui a linguagem que você poderia preferir usar na descrição de quem você é, como você chegou aqui e o que quer desta vida. Tal discurso exclui tudo isso, ao mesmo tempo em que apresenta a promessa - se é que não é uma chantagem - de que você tem uma chance de alcançar a sua vida, o corpo e o gênero que você quer, dado que você concorde em falsificar a si mesma e, ao fazê-lo, em apoiar e ratificar o poder desse diagnóstico sobre muitas pessoas no futuro. (BUTLER, 2009, p. 113).

Viviane Vergueiro (2015), tendo como base Butler, compreende a cisnormatividade e a heteronormatividade como associadas em seus efeitos nas produções das identidades inteligíveis quanto ao gênero e à orientação sexual.

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Ambas pressupõem a marginalização de pessoas trans que não se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo Estado. A associação da genitália com o gênero também é imposta às mulheres transexuais, numa pressão para que a redesignação cirúrgica aconteça, de forma a tornar seus corpos “mais compreensíveis” e “aceitáveis”.

Até o dia da entrevista, nenhuma das mulheres trans havia realizado a cirurgia de redesignação e, entre elas, apenas Ana Luíza e Lucielly desejavam fazê-la mais tarde. Nenhuma delas, no entanto, afirmava se sentir menos feminina pela existência do pênis e, embora concordassem com o necessário acompanhamento médico e psicológico para que pudessem lidar com a sua identidade, não aceitavam a ideia de que fosse a Medicina ou o Direito, a partir de seus especialistas, que determinassem a sua existência como trans, como sujeitos de sua história. O controle sobre seus corpos estava claro para todas elas, sentido pela contínua performatividade exigida, dentro de parâmetros que as silenciavam em nome do direito legal: “Não sou eu que digo quem eu sou? Alguém precisa dizer quando eu vou, finalmente, me tornar mulher, a partir da Medicina ou da lei?”, questionou Luana, endossada por Wall:

Eu ouço falar que tem gente que se arrepende de fazer a cirurgia. Eu não quero fazer, porque não pretendo tirar aquilo que me dá prazer. E não são os médicos que vão me dizer que eu não sou mulher porque tenho um pênis. É meu direito de escolha que está em jogo, entende? O meu órgão genital não me define como pessoa e não determina se tenho ou não direito à dignidade. (LUANA. 2019. Informação verbal).

É uma luta pessoal, de você se descobrir e de ser respeitada como ser humano; de você descobrir que não é a sua genitália que define quem você é. Que nem todo pênis te torna homem e nem toda vagina te torna mulher. (WALL. 2018. Informação verbal).

Luana e Wall questionam as normas reiteradas pela ciência e pelo sistema jurídico para torná-las pessoas “adequadas” à sociedade hetero, cisgênero e binária. Mesmo que as medidas sejam conquistas importantes, o que elas criticam é a redução de suas vidas a processos individuais, medicinais e psicológicos, mesmo quando se deixou de considerar a transexualidade como patologia. Como afirmou Wall, esse processo individual criou uma cultura em que

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

mulheres como elas, ou são abjetos sociais, ou são passíveis de tutela, desmantelando todo direito, toda autonomia, e até mesmo a alegria de viver:

Quando procurei ajuda, eu não procurei ajuda pra fazer a cirurgia. Mas pra essa sociedade, mesmo que você faça a cirurgia; mesmo que você faça a readaptação sexual, sempre será o homem que cortou o pinto [...] Você nunca será mulher! A sociedade nunca vai te permitir ser isso! Até o movimento feminista! Eu vejo! São pouquíssimas que topam. Não reconhecem as suas irmãs transexuais! De jeito nenhum! *É homem!* (WALL. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

Eu não aproveitei a vida. Tinha uma tristeza assim dentro de mim. Eu não namorei, eu não fiquei com ninguém. Quando eu estava na 7ª. série, eu tentei namorar uma menina. Nossa, coisa mais horrível! Coisa mais sem graça. A gente só quer ser feliz, mas a sociedade não quer, se não for jeito dela. (LUCIELLY. 2018. Informação verbal).

Essas mulheres questionam: “Enfim, somos pessoas, independente da lei?”. Elas se sentem ofendidas pela cultura machista, cisgênera e transfóbica, que também agride as mulheres e que se volta contra elas duplamente; aquela que criou um “catálogo”, o “modelo legítimo” de transexualidade para que elas possam, teoricamente, ter acesso aos seus direitos. Para elas, não há um projeto de formação de uma cultura em prol dos Direitos Humanos, em defesa de suas vidas:

No Brasil tudo é velado: o racismo, o machismo, a transfobia... É tudo velado. Até o machismo, a agressão sofrida. A gente percebe que é uma agressão contra o feminino que tem em você. Aquilo ofende. Ofende as outras pessoas, entendeu? E você não sabe por que alguém, de repente, está querendo te agredir. Você não sabe por que alguém, de repente, tá querendo te matar. Eu já recebi ameaças... Do nada! Ou já jogaram as coisas em mim! [...] eu não entendi por que fizeram aquilo. Mas eu percebo que é por causa do feminino! Essa violência, esse feminicídio contra a mulher vem contra mim também, contra o feminino que existe em mim. Faz parte de uma cultura que só a lei não pode mudar. (WALL. 2018. Informação verbal).

Quantas vezes eu quis sair na rua, ir ao supermercado e não precisar o cara te apontar: *Olha o viado!* Todo mundo rotula: travesti, roubo, barraco, prostituição [...] eu sou apenas uma pessoa! Não é assim! Nunca roubei, nunca matei, nunca usei drogas, não tenho passagem pela polícia. Já fui assaltada, já fui estuprada, já me bateram! As pessoas não toleram que a gente não seja o que elas querem, ou o que elas entendem como pessoa! Aguentei humilhação, fui espancada por gente que eu nunca tinha visto na vida; fui estuprada por várias pessoas, e não

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

foi só uma vez! Do que as pessoas me chamam, eu não sei. Bicha, viado... Eu só sei que eu quero ser quem eu sou, ter direitos, tomar as minhas próprias rédeas. Sou uma mulher trans, uma pessoa! Não sou um objeto, não sou um lixo, não sou um animal. Quero olhar pra frente. (LUANA. 2019. Informação verbal. Grifo da autora).

É muito difícil arrumar um emprego, muito difícil! Ainda mais com o nome de nascimento [...] eu fiz vários currículos e enchi a cidade, mandei pra todo lugar. Chegava nas lojas com o currículo, eles olhavam o nome e perguntavam: *pra quem que é?* Eu via que tinha uma vaga, mas eles falavam *Não tem vaga nenhuma*. Até hoje ninguém me procurou... Esses dias eu precisei ir lá no posto de saúde e o enfermeiro acabou me chamando com o nome do documento. Eu tinha colocado meu nome social em cima. Eu sempre coloco mas, mesmo assim, ele acabou me chamando. Ainda bem que ele falou baixo. A gente fica constrangida... É triste, né? (LUCIELLY. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

As entrevistadas nos falam da violência mais cotidiana, aquela que fere, que invade as subjetividades, sem que se reconheça nelas a pessoa humana. Aquela que as atinge como seres humanos, em sua diferença, e que envolve também a transgressão do direito de uma coletividade cuja visibilidade só é entendida na forma de lei. Elas revelam a perversidade de uma sociedade atravessada por diferentes hierarquizações: as de classe, das quais também não escaparam, e as de gênero, pelas quais procuram enquadrá-las. Partindo desses padrões binários, em que só um modelo de masculino e de feminino pode existir, elas são punidas. O homem trans é punido para que volte à condição naturalizada de “ser mulher” e entenda que jamais terá o poder de um homem. A mulher trans, como as narradoras, cujo corpo foi moldado para o que julgam ser o feminino, é punida também, por uma moral que entende como anomalia, como vergonha, um homem que foge de sua virilidade. Assim, entende-se o enfermeiro que faz questão de chamar pelo nome masculino alguém que, em sua concepção machista, é um homem que envergonha outros homens; não uma mulher. No caso delas, pune-se o feminino duplamente (por serem trans, por serem mulheres) e, como lembrou Wall, por serem consideradas essencialmente homens pelo movimento feminista: “Não somos consideradas suas irmãs” (2018. Informação verbal).

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

A violência contra mulheres trans

Apesar do conceito de universalidade que perpassa a noção de humano, a comunidade transexual é quase invisível sob o olhar das políticas públicas, vide a ausência de dados oficiais sobre a agressão contra essa população no Brasil. Segundo o mapeamento realizado no final de 2019 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), o índice de violações aos Direitos Humanos de pessoas trans, no Brasil, é o maior do mundo. O levantamento anual é feito pela própria Associação, com a pesquisa em matérias de jornais e informações que circulam na internet, ou ainda por meio de relatos de experiências que são enviados para a organização, permitindo que se tenha uma ideia de nomes, identidade de gênero e local da morte de seres humanos que são lembrados a partir da violência sofrida e de estatísticas que mostram o quanto são esquecidos como seres de direitos:

Desde o primeiro ano em que o Brasil passou a constar no ranking mundial, houve um aumento em 114% no número de assassinatos de pessoas trans no país. O levantamento demonstra que as práticas policiais e judiciais caracterizam-se pela falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos. E em 2019, apenas 8% dos casos tiveram os suspeitos identificados e 82% das vítimas eram negras. Pessoas trans do gênero feminino representam 97% dos casos e 64% dos assassinatos aconteceram nas ruas, assim como fica evidente que os assassinos não costumam ter relação direta, social ou afetiva com a vítima. [...] Em 2019, a região sudeste apresentou aumento de 10,8% no número de assassinatos de pessoas trans e a idade média das vítimas dos assassinatos em 2019 é de 29,7 anos. 91% dos casos reportados pela mídia expuseram o nome de registro das vítimas e muitos deles sem menção ao nome social. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Os números mostram, também, que a expectativa de vida dessa parcela da população é muito baixa, próxima aos 35 anos e menor do que a metade do restante da população, que é de 75 anos. As estatísticas ganham vida quando anunciadas e interpretadas pelas narrativas de Wall e Luana, trazendo a análise dos Direitos Humanos para o campo das subjetividades trans, de seus sonhos, medos e desejos:

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Quando olho pra trás, é muito chão, né? Por isso que a maioria não consegue passar dos 35 anos. É muito raro ver uma travesti idosa, uma transexual idosa. A maioria só chega a 35 anos. Quando eu vejo que passei disso, que eu tô viva, com dignidade, eu tô sobrevivendo! Eu posso não ter ganhado a guerra, mas a batalha de todo dia eu ganho! Entendeu? Mas ao mesmo tempo quando eu vejo as minhas irmãs, os meus irmãos lá fora, sendo vítima de tanta coisa, eu acho que não fiz nada [...]. (WALL. 2018. Informação verbal).

Você não vê travesti depois dos 50 anos. Elas envelhecem sozinhas ou morrem antes dos 30. As pessoas jogam pedras, “bicha velha”. Não é assim que eu quero acabar! Eu não tinha opção. Eu fui de cidade em cidade, de dedo, de carona. Morar na rua! Rezava pra que acontecesse alguma coisa de bom. Muita gente ajudou, me deixou entrar na sua casa pra comer, pra dormir. Mas muita gente me xingou! Passei de tudo na rua que não cabe contar... Eu não quero ser chamada de prostituta, de pervertida. Eu quero ser reconhecida como trabalhadora. Dignidade é o principal! Muita gente rotula, olha pra nós e pensa: *Ah, é travesti, deixa morrer!* Não é assim! (LUANA. 2019. Informação verbal. Grifo da autora).

Suas formas de olhar o mundo e de interpretar suas histórias não se relacionam apenas ao espaço privado e ao seu corpo. Elas demonstram muitas histórias que existem e se agitam dentro de uma história maior: aquela das relações humanas; da invisibilidade; da violação do direito coletivo; da condição de invisibilidade e de uma miséria ética que violentam seus corpos e suas existências ao longo da história e que permanecem no tempo presente:

A atitude do governo em nos tirar da secretaria de Direitos Humanos nos empurrou de vez para o limbo; apontou uma arma para nossas cabeças e o aval de nos matar! Ao tomar tal atitude o governo mostrou ao que veio. Meu bem, neste país quem sempre ganhou eleição é quem fala que vai matar a gente [...]. (WALL. 2018. Informação verbal).

Wall chama a atenção para um longo processo de tentativa de apagamento histórico e de aniquilamento físico de transexuais, revelando a transfobia de práticas cotidianas e de políticas que tendem a associar gênero a sexo, naturalizando e permitindo a violência contra qualquer “desvio”. A agressão contra transgêneros acontece principalmente nas ruas, onde 85% das mulheres trans se prostituem, segundo pesquisa do ANTRA. Luana, que começou a se prostituir aos 15 anos, narrou sobre quantas vezes esteve submetida a situações de opressão e de exploração, que nasceram dentro de sua própria família, que

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

jamais aceitou a sua homossexualidade, quando assim se identificava. Afirmou que, embora se sentisse diferente desde os sete anos, ela nunca encontrou apoio ou orientação sobre como agir, nem em casa, nem na escola, tendo procurado a ajuda de um médico sozinho, para entender “o que tinha”. Entre os membros da família sofreu com a violência física e a humilhação cotidiana, principalmente depois que assumiu sua identidade de gênero, aos 15 anos:

Meu pai sempre viveu de lavar roupa de terceiro. Ele pegava roupa, desde a zona até os mais ricos. Minha mãe não aceitava lavar roupa da zona. Ela não aceitava pegar lençol sujo e xingava as putas de *putas de terceira*. [...] quando eu cresci e me assumi, minha mãe jogava isso na minha cara: *Você é puta de terceira! Você é prostituta. Vai pra 13 de maio*. Tanto é que a vida seguiu esse destino, foi dado. Eu tive que pegar certos caminhos [...] existe mesmo essa rua, 13 de maio, antiga zona da cidade de Passos. Minha mãe, de tanto jogar praga, de tanto desejar [...] quando fiz 15 anos, me pegou pelo braço e me levou pra lá [...] *Aqui é a zona, você é puta de terceira, aqui é seu lugar! Você ganha seu dinheiro e me dá uma parte*. Aí eu me prostituí dos quinze aos 28 anos. Com a prostituição, eu sustentava a casa, porque meu pai já tinha morrido. Ela queria que eu ficasse a noite toda na rua me prostituindo. [...] não há ser humano que aguente, não há corpo que aguente! (LUANA. 2019. Informação verbal. Grifos da autora).

A narrativa chocante de Luana nos permite perceber o entrelaçamento entre o privado e o público, o quanto a moral praticada dentro da família está em conexão com uma sociedade violenta, uma história construída a partir de estigmas e valores morais que sustentam o abuso, inclusive contra crianças. O machismo, próprio de uma cultura patriarcal/heteronormativa e cisgênera, de longa data – mesmo que com transformações ao longo do tempo, promovidas pelos movimentos sociais – se manifesta na conduta de sua própria mãe, educada dentro dos parâmetros performáticos do que entendia ser uma mulher ou um homem, principalmente numa cidade do interior. A história que conta, sob lágrimas, revela a trajetória de uma infância também abandonada, num país em que a criança pobre está desprovida de direitos.

Vista como “aberração”, tendo que sustentar a casa com a prostituição (embora a mãe lhe chamasse de “puta de terceira”), e tendo sofrido uma tentativa de estupro por parte de um dos irmãos, ela só conseguiu deixar a casa aos 28 anos, tendo sido excluída por eles da partilha de bens deixados após a

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

morte de seus pais. A exclusão e a humilhação que se iniciaram no seio familiar, parte integrante da sociedade e reprodutora da moral transfóbica, continuou nas ruas. Portadora de HIV, Luana foi morar nas praças de muitas outras cidades, até chegar em Alfenas: “Com a cabeça boa que eu tenho, decidi que não queria isso pra mim. Eu fui atrás de um salão. Fui atrás de aprender a fazer um cabelo, maquiagem. Eu sou muito boa em maquiagem! Então, o caminho que minha mãe me deu, eu desguiei!”. Sobre seu passado, ela desabafa, denunciando a sociedade que contribuiu para desumanizá-la:

Quer saber de uma coisa? Ninguém pergunta pra gente por que estamos ali! [...] se alguém perguntasse pra mim se eu quero viver na prostituição, claro que não! Deito com um, deito com outro. Com um mais novo, com um mais velho, o que isso resolve? Fico na mão do pior! Fica com Deus e todo mundo e não fica com ninguém! Ninguém te quer! Vai construir o que no futuro, com essa profissão? Um futuro que não te leva a nada! Mas as pessoas não estão preocupadas com os meus direitos como pessoa! Como foi que eu cheguei ali? Ninguém se importa! (LUANA. 2019. Informação verbal).

Luana resiste e sobrevive aos valores e ações de um sistema em que a educação, a família, a escola e a religião determinaram arbitrariamente que seu gênero deveria corresponder à sua genitália; em que a ciência construiu saberes para “corrigi-lo” e torná-la mais aceitável, sem considerar seu desejo, sua liberdade para existir. Como afirmou Judith Butler (2003, p. 200), as normas sociais pressupõem a sexualidade e o gênero para os seres humanos antes mesmo de eles existirem, por meio de discursos e práticas que, repetidas, esperam produzir comportamentos normatizados. Essa naturalização acaba por universalizar direitos ao mesmo tempo em que os viola para aqueles que subvertem os padrões com suas diferenças. Luana representa essa coletividade de diferentes que, uma vez não entendida como “ser humano legítimo”, vê naturalizada a agressão contra sua existência.

Ana Luíza e Wall, que nunca se prostituíram, mas que conhecem outras mulheres trans que o fazem, também desnaturalizam o que é considerado socialmente como uma escolha, sem que se estabeleça relação com um processo de abandono social e de uma cultura hetero/cisnormativa e opressora. Como história do tempo presente, suas narrativas contribuem para nos fazer

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

compreender o quanto o imediato é aparente e está atravessado por uma longa história de violações aos Direitos Humanos:

Há mulheres trans que se prostituem por prazer e dinheiro? Há. Isso é justo? Sim, se for escolha delas. Mas não é o caso da maioria. A maioria é expulsa de casa quando se assume. A partir do momento em que ela é expulsa de casa, ela vai ter condições psíquicas, mentais pra estar indo pra uma escola? Ela não vai ter teto pra morar, ela não vai ter o que comer, não vai ter o lance de amor, de família. Ela sabe, também, que se ela for pra escola e assumir sua identidade de gênero ela vai sofrer *bullying*, ela não vai ser respeitada. Você acha que ela vai continuar indo pra escola? Não vai! Se ela não for pra escola, ela vai ter formação? Não vai! Eu conheço pessoas trans que não sabem nem ler nem escrever. Então, como uma pessoa que não sabe nem ler nem escrever, que não tem nenhuma formação, pode entrar no mercado de trabalho? Ainda por cima sendo trans?! As mulheres não têm essas oportunidades, a partir do momento em que elas se identificam. Elas não estão lá por causa disso! Tem toda uma história por trás disso e a culpada disso tudo é a sociedade, que é muito cis, heteronormativa. [...] até eu julgava, até conhecer a realidade delas, de perto! [...] eu não quero isso pra mim, mas entendo que muitas delas estão lá porque no mundo capitalista você precisa ter dinheiro. (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal).

O que levou cada uma pra um caminho, tem toda uma história por trás, que talvez ela nem perceba que foi vítima dessa sociedade. Muitas acreditam que querem estar ali, não perceberam que elas foram empurradas pra ali, que a sociedade as colocou ali... Quando se é trans, o que te sobra é a sarjeta! O tempo inteiro as pessoas te encaminham pra lá. Dentro da sala de aula, por exemplo, você não sobrevive. O *bullying* é muito forte dentro da sala de aula! Parte, principalmente, de professores que são totalmente omissos. Não topam te chamar pelo nome social, entendeu? E eu tenho tanto horror a isso! [...] o pai e mãe colocam na rua... Ela vai fazer o quê?! Pra ela comer um prato de comida, o cara oferece em troca de favor sexual. Ela tem que topar ou ela morre de fome! Entendeu? Ela não percebe que foi vítima disso [...]. (WALL. 2018. Informação verbal).

Luana, Ana Luíza e Wall denunciam o preconceito que se realiza na família, a omissão da escola, a exploração do sistema capitalista, a opressão patriarcal, a violência das ruas... Nesse sentido é importante, cada vez mais, valorizar a história oral como uma grande possibilidade para se compreender as múltiplas existências inseridas no tempo presente, a partir dos próprios sujeitos; não porque seus testemunhos contenham em si a verdade, não porque a fonte oral seja mais legítima do que qualquer outra, mas para que possamos perceber como as experiências históricas interferem nas subjetividades, como as pessoas

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

as vivem, sentem e significam, e como a publicização de suas narrativas pode contribuir para a denúncia da violação, para a humanização da história, repensando a universalidade dos direitos humanos como um problema concreto. As mulheres entrevistadas apontam para a desigualdade na atribuição do valor humano às pessoas trans, muitas vezes objetificadas e inferiorizadas:

Todo mundo rotula que travesti e transexual têm que ir pra Avenida Paulista, tem que prostituir. E não é! Você não precisa ser prostituta, nem ladra. (LUANA. 2019. Informação verbal).

Muitas pessoas veem a gente como objeto, principalmente os homens. Não têm respeito pela gente, não pensam no nosso sentimento. Acham que a gente é feito pra sexo, têm fetiche pela gente. (LUCIELLY. 2018. Informação verbal).

Quando a gente fala de travesti, transexual, o que vem na nossa mente? Estigmas como preconceito, sexo, drogas, promiscuidade, e por aí vai. Só tem termos negativos. Que empresa vai contratar uma pessoa que traz todo esse estigma?! (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal).

Seus relatos chamam a atenção para o imaginário social que relaciona a prostituição e a transexualidade à promiscuidade e ao crime. A fetichização de seus corpos não seria dada por elas, mas pela própria sociedade que as declararia como menos humanas, consumíveis e “mais matáveis”, portadoras de todas as práticas e valores imorais, mas também dos desejos nelas projetados e reprimidos por modelos de família e de masculinidades que correspondam a certa ordem. Wall conta das inúmeras vezes em que homens casados lhe procuram nas redes sociais, convidando-a para fazer programas sexuais, simplesmente por ela ser transgênero: “Fazem com a gente o que não têm coragem de fazer com suas esposas”. Como agente de saúde, também observa que, inúmeras vezes, pessoas LGBT tenham seu sangue rejeitado em doações, enquanto os mesmos homens heterossexuais que a procuram tenham a aprovação antes mesmo da realização de exames: “Como saberemos se um homem hetero é mais ativo ou promíscuo do que um homossexual, ou uma pessoa trans? Por ele estar dentro do padrão que se espera, vive-se, muitas vezes, uma mentira, aceitando que ele seja moralmente superior”. Seu corpo transgressor promove o julgamento de seu caráter, o que para ela é desgastante e fruto de um comportamento social hipócrita:

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Tem gente que diz: *Não quero ser amigo desse povo. Ai, não converso. Na minha mesa eu não quero. Ai, vou dar uma festa, minha família vai tá lá, não vai entender. O que eu vou falar pros meus sobrinhos?* [...] tem uma necessidade de explicar a sua presença e o seu caráter [...] tem que explicar isso o tempo todo? Até porque não era isso que eu queria, não era algo que eu tinha escolhido

[...] não é uma questão de escolha. Você acha que se eu pudesse escolher, teria escolhido ter problema com gênero?! De jeito nenhum! [...] A verdade ofende. Eu viver a minha verdade ofende. Se eu vivesse uma vida de mentira, nossa, ia ser tão mais fácil!...

Tem que ter muita coragem! Eu tô tão cansada dessa hipocrisia, que tem dia que eu relevo. Deixa eu respirar! [...] essa sociedade é a que entra no site pornô e é a que mais acessa a palavra transexual e travesti. Ao mesmo tempo, segundo relatório, aqui é o lugar onde mais se mata travesti e transexual [...] é uma disparidade imensa! (WALL. 2018. Informação verbal. Grifos da autora).

O relato toca nas incoerências de uma sociedade transfóbica, que sente aversão, ódio e desprezo por transexuais e que canaliza para seus corpos toda a culpa coletiva de um sistema que, embora repita constantemente que os gêneros estão naturalmente relacionados ao sexo, não consegue dar conta – por mais que construa e repita discursos e saberes – de provar que eles são a-históricos. Como afirma Berenice Bento (2006, p. 93), “as reiteraões do sistema em afirmar as determinações sobre os gêneros revelam que o gênero não é uma identidade estável; é uma identidade debilmente construída no tempo”, o que torna problemática a existência de pessoas que a todo momento parecem causar desconforto social e indicar o fracasso dos padrões heteronormativos e cisgêneros.

Esse fracasso também promove dor às minorias e rejeição por parte de heterossexuais que, por mais que tentem aceitá-las como seres humanos, não aceitam políticas públicas que promovam a igualdade de direitos, nem sentem indignação quando veem que esses grupos foram retirados de políticas de Direitos Humanos, como acaba de acontecer no Brasil: “Açam que o direito se dá só com o simples fato de se garantir a cirurgia e o nome social. Pronto, tá tudo resolvido. Não, vai além disso! É muito vasto. Estamos falando de vidas.” (WALL. 2018. Informação verbal).

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Boaventura Sousa Santos (2014, p. 56) nos ajuda a refletir sobre essa fala de Wall, que aponta para a necessidade de se pensar os direitos no sentido de minorar ou eliminar a insegurança e a injustiça de coletivos de indivíduos que são discriminados e vítimas sistemáticas de opressão por ser quem são, indo além de medidas pontuais. Para Boaventura, a concepção de direitos coletivos implica em responsabilizar a sociedade por problemas individuais que são frutos e estão conectados com contextos de desigualdade historicamente construídos (como sugerem as próprias entrevistadas), e que também se encontram sob a constante ameaça de que possam ser revertidos antes mesmo de se consolidarem como conquistas. As mulheres apontam para esse perigo de que os critérios e as formas de exclusão dominantes, morais, culturais, sexistas e patriarcais, continuem a condenar as subjetividades, os coletivos e o presente de pessoas transgêneras que, embora façam parte da comunidade LGBT, devem ser reconhecidas como diferentes dentro da diferença:

São demandas diferentes, são vozes diferentes. São problemas específicos, entendeu? O gay não vai lutar pelo nome social dele; não vai lutar pela saúde dele. Já está lá pra ele. O nome dele não o ofende [...] quando eu estou num lugar cheio de gente e alguém me chama de João – não que meu nome seja esse – eu não tenho vontade nenhuma de levantar! [...] tem uma travesti lá, toda plastificada, maravilhosa, e o atendente faz questão de chamar João, sendo que tá escrito lá pra chamar de Maria?! Ele faz questão de chamar o João! Então, o gay não vai entender isso. Pro movimento gay avançou-se muito em direitos. Pras transexuais não! (WALL. 2018. Informação verbal).

Se eu fizesse a terapia e meus seios fossem crescendo, não ia ser uma questão apenas familiar. No meu estágio, por exemplo, o que os pais iam falar, o que as crianças iriam falar, o que as pessoas da minha turma iam falar? Era muita coisa em risco! Sabe, porque de certa forma a homossexualidade é mais respeitada do que a transexualidade. Você não está transformando seu corpo, não está *traindo o seu gênero*. É mais difícil ser aceito! (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

Essa percepção da diferença dentro da diferença coloca as entrevistadas em posição constante de defesa e também de orgulho quanto ao fato de sobreviverem às violações a elas ainda impostas, por serem mulheres e por serem mulheres trans. Para elas, há uma luta e uma história ainda em aberto, a se construir, e que passa pelo cotidiano, pela presença constante de seus

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

corpos nas ruas, sob os olhares preconceituosos: “Minha parada LGBT é todo dia, quando vou comprar pãozinho e ando pela rua”, diz Wall (2018. Informação verbal). Ela afirma que sua profissão, como agente de saúde, contribui para que ela ganhe o respeito das famílias na comunidade; aponta o trabalho como fundamental para que seja reconhecida como pessoa, mas afirma que precisa ser sempre eficiente, pois qualquer erro cometido tem como resposta o preconceito. Ela atua, ainda, junto às prostitutas trans e luta para que elas possam cuidar de sua saúde, com orientações sobre prevenção e tratamento de DST/Aids, mas também pela criação de políticas públicas que promovam a escolarização e a profissionalização delas. Quando participava do Movimento Gay de Alfenas, nos anos 2000, chegou a organizar cursos profissionalizantes que ajudaram a tirar prostitutas da rua. Luana hoje também atua no Conselho Municipal LGBT, em Alfenas, que persiste na luta por políticas públicas que gerem emprego e trabalhem com projetos educativos para os Direitos Humanos. Ana Luíza, que cursa Medicina, sabe de seu papel quanto ao fortalecimento de uma cultura mais democrática e respeitosa no tratamento de transexuais.

Que eu vou ser cirurgiã, eu vou ser! Amo clínica, de paixão! Se chegar uma mulher trans e quiser uma terapia hormonal, eu vou saber prescrever, vou poder ajudar. Mas eu vou me dedicar à parte cirúrgica. E, dependendo de que área eu for pra cirurgia, também vou poder ajudar muitos homens e mulheres trans. Se eu for pra cirurgia plástica, por exemplo, imagina, eu, uma mulher trans, fazendo cirurgia de redesignação em outras mulheres trans! [...] eu sei que não vai ser fácil, porque é uma área dominada por muitos homens. É outro obstáculo que eu sei que vou passar. Porque não sou somente uma mulher, sou uma mulher trans! (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal).

Considerações finais

A perspectiva sobre a história do tempo presente possibilitou a abertura para a valorização dos testemunhos orais, não como portadores exclusivos da verdade histórica, mas como frutos de subjetividades que carregam também o social e significam o mundo vivido. Narrativas como as de Wall, Lucielly, Luana e Ana Luíza exigem de nós um compromisso ético com a produção do conhecimento e a devolução por meio de inserção de suas histórias e demandas

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

no debate político, tão necessário ao reconhecimento dos indivíduos e coletivos trans como sujeitos de direitos. Trata-se, aqui, de uma produção científica que passa por objetivos acadêmicos, mas também pela constituição de instrumentos de respeito às identidades e de transformação social.

Trabalhar com a escuta atenta permite compreender a articulação íntima da história dos eventos com o processo histórico mais longo, assim como com a interpretação dos sujeitos que os vivem. Não se trata de dar voz, mas de dar ouvidos às pessoas que nos emprestam suas vozes, para entendermos melhor o processo histórico nas experiências vivas de pessoas e coletividades com as quais estabelecemos um exercício de alteridade, diálogo e empatia.

Acredito que as narrativas aqui apresentadas possam contribuir para que compreendamos como a Declaração dos Direitos Humanos foi uma grande conquista ocidental, mas que cotidianamente continua vivo um processo de luta contra discursos e práticas de uma cultura que produz a anulação de pessoas em sua alteridade, ao desrespeitar as suas diferenças e ao desconsiderar que seja importante falar sobre elas e com elas, uma vez que se entenda que estejam submetidas a uma universalidade humana. Ignorar suas histórias pode significar a permanência de sistemas ideológicos de cunho político, econômico, religioso e científico, que naturalizam toda forma de dominação, exploração e abjeção de seres humanos em nome de uma concepção única sobre existir.

Por meio de suas narrativas, as mulheres trans se inscreveram na história do tempo presente, como sujeitos que desejam a autonomia, como pessoas, de forma crítica, amorosa, debochada e ousada, procurando desvelar formas de controle, questionar regras de subjetivação e apontar as contradições de uma sociedade que, ao acenar-lhes com a ideia do direito, também rouba-lhes a liberdade de agir sobre si, enquadrando-as nas condutas da hetero/cisgeneridade. Com suas histórias, elas quiseram registrar não apenas a opressão que sofreram e sofrem, mas defender a existência feliz como um direito. Também o direito ao corpo como direito humano. Dizem-nos sobre quem elas são e não sobre quem queremos que elas sejam.

Wall, Ana Luíza, Luana e Lucielly reivindicam, sob o desejo da pessoa plena, o respeito à sua identidade, ao seu corpo, à sua liberdade, à sua integridade

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

e ao tratamento não discriminatório e desumano. Elas se inscrevem sob uma categoria humana universal, mas ao mesmo tempo a questionam, porque também apontam o caráter múltiplo da existência de ser mulher, de ser humano. Elas não falam apenas de si, mas de um coletivo, a partir de situações de um contexto socio-histórico que atravessa seu mundo e suas subjetividades, e pelo qual somos todos responsáveis. Por isso, para terminar este texto, mas não encerrar a discussão sobre Direitos Humanos, deixo com elas a reflexão final que se dirige a nós:

Os direitos existem pra vocês, mas quando chega pra mim, eles são negados. [...] vocês não são pessoas? Eu também sou! [...] Não quero nem mais nem menos. Não quero privilégio. E as pessoas dizem *O que é que esse viado quer?? Quer privilégio agora?! [...] quer poder andar na rua com segurança? Desse jeito?! [...] quer apanhar! Vai virar homem!!* [...] não quero privilégio. Não quero mais do que ninguém! Eu quero o direito igual aos seus. Direito de ir e vir, o direito ao trabalho, o direito à dignidade humana! Eu quero esse direito que já existe. É só não negar pra mim, pros meus irmãos e irmãs! (WALL. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

É preciso mostrar que mesmo num espaço não LGBT, a pessoa tem o direito de estar ali. Educação acima de tudo! As pessoas poderiam deixar seus pré-julgamentos. [...] cada um é cada um, com experiências diferentes e isso deveria ser respeitado. Temos que construir uma educação para os Direitos Humanos! (ANA LUÍZA. 2018. Informação verbal. Grifo da autora).

Referências

- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BENTO, Berenice. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 569-581, mai./ago. 2012.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 95-126, 2009.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GORISCH, Patricia. **O reconhecimento dos direitos humanos LGBT**: de Stonewall à ONU. Curitiba: Appris, 2014.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SAADEH, Alexandre. **Transtorno de identidade sexual**. 2004. Tese (Doutorado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2004.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. A proteção dos direitos humanos LGBT e os princípios consagrados contra a discriminação tentatória. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí: Editora Unijuí, ano 6, n. 11, p. 167-201, jan./jun. 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Orais

ANA LUÍZA. [Entrevista cedida a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Alfenas (MG)], 29 jun. 2018.

LUANA. [Entrevista cedida a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Alfenas (MG)], 11 jan. 2019.

“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

LUCIELLY. [Entrevista cedida a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Alfenas (MG)], 15 jun. 2018.

WALL. [Entrevista cedida a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Alfenas (MG)], 15 set. 2018.